



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO**

# **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Dados Consolidados**

**20**

**22**



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

**SUMÁRIO**

1. Informações Gerais.....	02
2. Base das Demonstrações Contábeis.....	03
2.1. Principais Práticas Contábeis.....	04
2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	04
2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo.....	04
2.1.2.1 – Metodologia de cálculo para perdas.....	04
2.1.3 Estoques.....	05
2.1.4 Créditos a Longo Prazo.....	05
2.1.5. Imobilizado.....	05
2.1.5.1 Bens Móveis.....	06
2.1.5.2 Bens Imóveis.....	06
2.1.6. Intangível.....	06
2.1.7 Depreciação e amortização .....	07
2.1.8 Passivo Circulante.....	08
2.1.9 Apuração do Resultado .....	08
2.2 Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder.....	09
3. Balanço Patrimonial.....	10
3.1. Balanço Patrimonial - MCASP.....	10
3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Finan. e Permanentes – Lei nº 4.320/64.....	17
3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964.....	17
3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964.....	18
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) .....	18
5. Balanço Orçamentário (BO) .....	23
5.1. Balanço Orçamentário – MCASP.....	24
5.2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	27
5.3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados .....	27
5.4. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa.....	27
6. Balanço Financeiro.....	28
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) .....	30



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

### **1. Informações Gerais**

Enumerados no artigo 92 da Constituição Federal de 1988, como órgãos do Poder Judiciário, os Tribunais de Justiça estaduais integram a justiça comum nos Estados juntamente com os Tribunais Federais. Sua competência e organização estão definidas na Constituição de cada Estado e no respectivo Código de Organização Judiciária.

Com sede na capital e jurisdição em todo território do estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), conta com uma força de trabalho de 52 (cinquenta e dois) desembargadores, 522 (quinhentos e vinte e dois) juizes de direito e 6.855 (seis mil oitocentos e cinquenta e cinco) servidores públicos ativos, no mister da prestação jurisdicional ao cidadão, visando à pacificação social.

O custo necessário ao bom funcionamento da máquina judiciária é suportado por meio de orçamento público aprovado em Lei Orçamentária Anual (LOA). Por sua vez, a operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (FERM-PJPE).

Nesse contexto, em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Para tanto, observam-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fruto do processo de convergência contábil das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.

Compromissado com esse processo, o Poder vem implementando várias ações no acompanhamento do cumprimento dos prazos de implantação estabelecidos na Portaria nº 548 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de 24 de setembro de 2015, e posteriores alterações, monitorados pelo Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE), por meio do Anexo XXIV à prestação de contas anual do Poder.

Dentre as ações, conta com a continuidade da implantação do sistema PE-Integrado do Governo do Estado, contemplando os módulos de compras, licitações, contrato, patrimônio e almoxarifado, especialmente, devido à integração com o Sistema



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Corporativo e-Fisco Financeiro, ferramenta de gestão da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, utilizada por todos os órgãos e entidades dos poderes constituídos, consoante prescrito no Decreto nº 31.276/2008 e no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

### **2. Base das Demonstrações Contábeis**

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

O processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público às normas internacionais está em andamento, existindo normas internacionais (IPSAS) que ainda serão adotadas como normas brasileiras, servindo, nesse caso, como referencial teórico para os temas ainda não regulamentados.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis são apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Por tratarem-se das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário, agregam, portanto, os saldos da Unidade Gestora Executora (UGE) 070001 – TJPE e da UGE 070002 – FERM-PJ, representando uma única unidade contábil, excluindo-se as



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

transações recíprocas entre as unidades envolvidas, partindo das informações constantes no Sistema Corporativo e-Fisco, do Poder Executivo estadual.

Registre-se, por oportuno, que as demonstrações individualizadas, por unidade gestora do Poder, estão disponíveis no endereço <https://www.tjpe.jus.br/web/transparencia/prestacao-de-contas/contas-publicas/2022>.

## **2.1. Principais Práticas Contábeis**

### **2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Compreendem o caixa e equivalentes de caixa e são mensurados ou avaliados pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

### **2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo**

Referem-se aos direitos a receber relacionados, principalmente, com: (I) acordos com servidores e ex-servidores; (II) multas por descumprimento contratual; (III) arrendamentos; (IV) ressarcimento de pessoal cedido; (V) remuneração pela administração dos depósitos judiciais; (VI) direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal; (VII) multa por processo administrativo disciplinar; entre outros. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

#### **2.1.2.1 – Metodologia de cálculo para perdas**

Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas, tanto para os créditos de curto prazo quanto de longo prazo.

O MCASP não define metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Este está sendo registrado pelo Poder desde 2015, com base em orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2022	2021	2020
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

### 2.1.3 Estoques

Compreendem os materiais de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, abarcando, assim, todo o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

### 2.1.4 Créditos a Longo Prazo

Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa não tributária, decorrentes, em sua maioria, de créditos a receber de acordos com servidores e ex-servidores, bem como descumprimentos contratuais. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período.

A metodologia de cálculo utilizada é a mesma para créditos a curto prazo e encontra-se detalhada no item 2.1.2.1.

### 2.1.5 Imobilizado

O ativo imobilizado compreende os bens móveis e imóveis da instituição. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando daqueles obtidos a título



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

No contexto de implantação das NBCASP, alguns procedimentos iniciais ainda estão sendo realizados, seguindo cronograma informado ao TCE, anexo à prestação de contas anual do Poder, bem como orientações específicas contidas no MCASP.

**2.1.5.1 Bens Móveis**

Os bens estão reconhecidos a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Infraestrutura. Em 2021, passaram a ser depreciados de acordo a política definida em conjunto pela Diretoria de Contabilidade e Diretoria de Infraestrutura. Desta forma, os bens adquiridos a partir de 01/01/2011 foram depreciados por meio de rotina desenvolvida no sistema de Gestão Patrimonial, elaborada pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (SETIC) deste Poder, adotando-se o método de cotas constantes. Em relação aos bens adquiridos anteriormente à data de corte, até 31/12/2010, a comissão constituída definiu os critérios de avaliação e a relação encontra-se na SETIC para proceder com o processamento no sistema de patrimônio, de acordo com a IN nº 11/2021, dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas contábeis vigentes.

**2.1.5.2. Bens Imóveis**

A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas situações, a depreciação está sendo registrada, com base na vida útil informada pela DEA.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pela DEA, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, foram também incorporados ao patrimônio deste.

**2.1.6 Intangível**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No caso deste Poder, corresponde especificamente a softwares e são amortizados quando possuem vida útil definida.

**2.1.7 Depreciação e amortização**

A depreciação representa a redução do valor dos bens corpóreos pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. A amortização, por sua vez, é realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

Quanto à depreciação, desde 2016, iniciou-se o reconhecimento deste fenômeno para os bens imóveis avaliados pela DEA, além de um imóvel cedido pelo TCE, como também dos construídos a partir desse exercício. No entanto, tendo em vista à época de desenvolvimento do sistema de Gestão Patrimonial não ter previsto rotina de depreciação, o cálculo para os bens imóveis vem sendo realizado em planilha Excel, com base na vida útil definida pela DEA, adotando-se o método das cotas constantes.

Para os bens móveis, a partir de 2021, iniciou-se a rotina de depreciação, por meio de rotina informatizada com base em parâmetros definidos pelas áreas envolvidas. Os bens foram segregados em duas massas, tendo como critério a data de aquisição, sendo depreciado até o momento os bens adquiridos a partir de 01/11/2011.

O método de depreciação de bens móveis foi definido como o das cotas constantes, sendo considerado o mês de início aquele seguinte à data de sua utilização. O valor depreciável tem base no custo histórico.

Em relação ao procedimento de amortização, deu-se início em 2012, controlado por meio de planilha em Excel, pela mesma justificativa anteriormente citada para depreciação. A SETIC é a responsável pela definição do tempo de vida útil dos softwares considerados como de vida útil definida, bem como pela revisão daqueles classificados como indefinida. A vida útil é o critério utilizado como base para a amortização, calculada pelo método de cotas constantes e sem valor residual.



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

### **2.1.8 Passivo Circulante**

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se as férias e 13º salário, verbas essas que são apropriadas mensalmente por competência, refletindo os valores devidos até o encerramento do exercício. Especificamente sobre o passivo de licença prêmio, é registrado o valor devido a servidores na sua forma indenizada, de acordo com a legislação vigente. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

### **2.1.9 – Apuração do Resultado**

A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

#### **Resultado patrimonial**

Decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.

#### **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

**Resultado financeiro**

Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades.

É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

**2.2. Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder**

Conforme preceitua o MCASP:

Consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macro agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado.

No setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional).

A consolidação nacional é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e abrange todas as entidades incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), a saber:

- a. as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios);
- b. os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); e
- c. a administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. (MCASP, 9ª edição, pág. 560)

Nesse contexto, para a elaboração das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário de Pernambuco, foram realizadas as seguintes exclusões de saldos recíprocos decorrentes de transações entre as unidades do próprio Poder. Esses valores são identificados conforme metodologia adotada no registro contábil de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Importante esclarecer que não houve ajustes na consolidação do Balanço Orçamentário, tampouco da Demonstração dos Fluxos de Caixa.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

	2022	2021
Balanco Patrimonial		
Ativo	955.528,27	1.082.272,23
Passivo	955.528,27	1.082.272,23
Demonstração das variações Patrimoniais		
Variações Patrimoniais Aumentativas	57.182.935,68	45.687.621,80
Variações Patrimoniais Diminutivas	57.182.935,68	45.687.621,80
Balanco Financeiro		
Ingressos	20.379.616,76	40.006.685,24
Dispêndios	20.379.616,76	40.006.685,24

### 3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- Balanço Patrimonial – MCASP
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

#### 3.1. Balanço Patrimonial - MCASP

**Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa** – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2022	2021
Conta Única	4.435.568,07	2.412.606,90
Contas Movimento	0,00	330,00
CDB/RDB	67.135.260,15	211.131.681,08
Fundos de Aplicação Financeira	206.590.069,74	16.997.813,67
<b>TOTAL</b>	<b>278.160.897,96</b>	<b>230.542.431,65</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

**Nota 2 – Créditos a Curto Prazo** – Do total, R\$ 362.230,69 refere-se a valores a receber relativo a dois processos referente Taxa de Serviço Notarial e Registrais-TSNR, que se encontram na Superintendência Jurídica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PE), para fins de constituição do crédito tributário. O saldo restante compreende valores a receber da SEFAZ-PE referente custas e taxas arrecadadas via DAE, em função de Convênio formalizado com este Poder.

**Nota 3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo** – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, evidenciados no quadro a seguir.

Descrição	2022	2021
Créditos a receber pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais <sup>1</sup>	8.070.558,73	-
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.727.725,42	3.727.725,42
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais) <sup>2</sup>	(3.641.614,96)	(3.622.603,56)
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.811.162,84	1.816.509,84
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores <sup>2</sup>	(1.769.324,98)	(1.765.284,26)
Convênio de Cessão de Pessoal	2.150.759,21	1.847.050,66
Créditos a receber provenientes da folha de pagamento - Santander e Bradesco <sup>1</sup>	722.627,07	582.953,33
Multas em Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	400.787,10	22.886,84
Créditos a receber por arrendamentos	68.094,60	97.228,14
Suprimento de Fundos Institucional	47.366,44	13.865,75
Créditos a receber por outros contratos	38.270,20	64.468,60
( - ) Ajuste de perdas de créditos a receber <sup>2</sup>	(38.246,20)	(62.650,59)
Outros Créditos a receber	8.858,61	-
<b>TOTAL</b>	<b>11.597.024,08</b>	<b>2.722.150,17</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Valores a receber de dezembro, decorrentes da operacionalização da folha de pagamento e da administração dos depósitos judiciais, recebidos em janeiro do ano seguinte;

<sup>2</sup> O ajuste corresponde a 97,69%, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.1.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

**Nota 4 – Estoques** – Compostos por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Infraestrutura e o outro de materiais médico e odontológico gerido pelo Centro de Saúde do TJPE.

Descrição	2022	2021
Almoxarifado - Material de Consumo <sup>1</sup>	4.825.024,41	5.285.608,00
Almoxarifado - Saúde	313.995,90	441.970,29
<b>Total</b>	<b>5.139.020,31</b>	<b>5.727.578,29</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> O relatório do inventário de 31/12/2022 do sistema de Almoxarifado apresentou divergência no saldo final de R\$ 4.000,00 em relação ao constante na contabilidade, devido a notas fiscais ingressadas no sistema e não informadas em tempo hábil para contabilização.

**Nota 5 – VPD Pagas Antecipadamente** – Correspondem às variações patrimoniais diminutivas (VPD), referentes a Serviços de TI, Prêmios de Seguros e Assinaturas e Anuidades.

**Nota 6 – Realizável a Longo Prazo** – Compreende o valor a receber a título de Dívida Ativa não Tributária, relativo a multa contratual aplicada a fornecedor, multa por penalidade aplicada a cartório e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução, deduzido do ajuste para perda, que em 2022 representou 99,73%, calculado com base na metodologia explicitada no item 2.1.2.1.

Descrição	2022	2021
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	3.295.565,57	2.726.190,26
( - ) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(3.286.667,54)	(2.720.465,26)
<b>Total</b>	<b>8.898,03</b>	<b>5.725,00</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 7 – Imobilizado** – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo. Conforme exposto nos itens 2.1.5.1; 2.1.5.2 e 2.1.7, o reconhecimento da depreciação de bens móveis e imóveis teve seu início nos exercícios de 2021 e 2016, respectivamente.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Descrição	2022 (a)	2021 (b)	Crescimento % (c) = (a – b) / b*100
Bens Imóveis	750.349.159,46	742.485.539,11	1,06%
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(59.873.726,26)	(50.579.676,47)	18,38%
Bens Móveis	286.301.941,03	249.415.815,39	14,79%
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(114.924.861,68)	(101.576.788,26)	13,14%
<b>Total</b>	<b>861.852.512,55</b>	<b>839.744.889,77</b>	<b>2,63%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pelo detalhamento dos bens móveis e imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo:

Bens Móveis - Detalhamento	2022	2021	Variação 2022 / 2021
Valor Contábil Bruto inicial (I)	249.415.815,39	247.170.723,24	0,91%
Adições - Aquisições e/ou Bens Recebidos (II)	37.161.495,53	8.873.602,02	318,79%
Baixas/Desincorporações e Doações no Período (III)	(275.369,89)	(6.628.509,87)	-95,85%
Valor Contábil Bruto final (IV) = (I + II + III)	286.301.941,03	249.415.815,39	14,79%
Bens de Informática	131.806.550,52	104.886.143,67	25,67%
Móveis e Utensílios	65.862.506,83	65.599.031,45	0,40%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	61.178.706,45	57.054.697,27	7,23%
Veículos	25.280.183,85	19.817.245,85	27,57%
Obras de Arte e Peças para Exposição	409.562,07	291.302,07	40,60%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação <sup>1</sup>	1.764.431,31	1.758.328,31	0,35%
Bens Móveis em Trânsito <sup>2</sup>	-	9.066,77	-100%
Depreciação Acumulada Inicial (V)	(101.576.788,26)	-	N/A
Depreciação Reconhecida no Período (VI)	(13.348.639,42)	(101.576.788,26)	-86,86%
Baixas de Depreciação Acumulada (VII)	566,00	-	-
Depreciação Acumulada Final (VIII) = (V + VI + VII)	(114.924.861,68)	(101.576.788,26)	13,14%
Bens de Informática	(61.900.043,87)	(56.204.192,34)	10,13%
Móveis e Utensílios	(23.956.666,29)	(21.035.302,73)	13,89%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(21.824.022,35)	(18.304.022,29)	19,23%
Veículos	(6.210.643,87)	(5.102.262,81)	21,72%

(Continua)



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

(Continuação)

Materiais culturais, Educacionais e de Comunicação	(1.033.485,30)	(927.886,41)	11,38%
Demais Bens	-	(3.121,68)	-100%
Valor Contábil Líquido de Bens Móveis (IX) = (IV) + (VIII)	171.377.079,35	147.839.027,13	15,92%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> O valor evidenciado nessa conta inclui os valores registrados a título de Coleções e Materiais Bibliográficos.

<sup>2</sup> Compreendem bens doados a unidades gestoras do Poder Executivo, cuja baixa depende de rotina contábil a ser realizada pelo donatário.

Bens Imóveis - Detalhamento	2022	2021	Variação 2022 / 2021
Valor Contábil Bruto inicial (I)	742.485.539,11	716.186.812,30	3,67%
Adições (II)	10.794.130,20	27.197.919,90	-60,31%
Baixas (III)	(2.930.509,85)	(899.193,09)	225,90%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	750.349.159,46	742.485.539,11	1,06%
Edificações em Geral	582.387.991,72	566.220.014,63	2,86%
Terrenos com Edificações	113.607.735,39	114.126.158,89	-0,45%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	27.809.214,30	27.809.214,30	0,00%
Obras em Andamento	8.671.645,21	18.430.158,92	-52,95%
Terrenos sem Edificações	9.827.696,88	9.827.696,88	0,00%
Instalações	4.037.247,47	4.037.247,47	0,00%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	0,00%
Instalações em Andamento	2.672.526,07	397.578,75	572,20%
Estudos e Projetos	45.400,86	347.767,71	-86,95%
Depreciação Acumulada anterior (V)	(50.579.676,47)	(42.020.213,50)	20,37%
Depreciação Reconhecida no período (VI)	(9.475.643,54)	(9.349.299,24)	1,35%
Baixas de depreciação acumulada (VII)	181.593,75	789.836,27	-77,01%
Depreciação Acumulada no final do período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(59.873.726,26)	(50.579.676,47)	18,38%
Valor Contábil Líquido de Bens Imóveis (IX) = (IV) + (VIII)	690.475.433,20	691.905.862,64	-0,21%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 8 – Intangível** – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Softwares - Detalhamento	2022	2021	Variação 2022 / 2021
Valor Contábil Bruto inicial (I)	29.393.019,52	29.050.688,37	1,18%
Adições (II)	7.114.950,78	7.716.360,78	-7,79%
Baixas (III)	(4.690.972,95)	(7.374.029,63)	-36,39%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	31.816.997,35	29.393.019,52	8,25%
Amortização Acumulada anterior (V)	(16.999.427,07)	(19.224.750,41)	-11,58%
Amortização Reconhecida no período (VI)	(3.869.596,55)	(3.038.136,74)	27,37%
Baixas de Amortização acumulada (VII)	4.622.907,09	5.263.460,08	-12,17%
Amortização Acumulada no final do período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(16.246.116,53)	(16.999.427,07)	-4,43%
Valor Contábil Líquido de Softwares (IX) = (IV) + (VIII)	15.570.880,82	12.393.592,45	25,64%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo** – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito e encargos a pagar, entre outros, evidenciados na tabela a seguir.

Descrição	2022	2021	Variação 2022 / 2021
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	96.861.859,70	81.463.484,32	18,90%
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	29.681.841,04	25.396.001,75	16,88%
Licença Prêmio <sup>1</sup>	20.453.897,99	19.822.219,39	3,19%
Férias - Contribuição Patronal RPPS <sup>1</sup>	20.119.544,03	18.034.891,14	11,56%
Pessoal a Pagar pela UG	18.528.219,11	-	-
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	5.243.495,35	4.446.205,00	17,93%
Contribuição Patronal INSS	777.036,41	699.420,22	11,10%
Contribuição Patronal ao SASSEPE	696.394,19	692.787,21	0,52%
Pessoal de Exercícios Anteriores	632.714,01	657.180,81	-3,72%
Férias – Contribuição Patronal INSS <sup>1</sup>	543.606,23	514.635,57	5,63%
Contribuição Patronal ao FUNAPREV	345.132,77	232.108,80	48,69%
Total	193.883.740,83	151.958.934,21	27,59%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Refere-se à apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

**Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo** – Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros, conforme quadro abaixo:

Descrição	2022	2021
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	39.863.807,23	37.299.192,27
Contribuições Previdenciárias RGPS e Impostos	20.334.709,89	16.931.152,54
Demais consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	272.580,99	243.156,04
Depósito de Terceiros	3.353.152,84	1.680.788,99
Demais Obrigações	2.866.817,43	3.051.501,80
<b>Total</b>	<b>66.691.068,38</b>	<b>59.205.791,64</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 11 – Resultados Acumulados** – Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade, detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2022	2021
Resultado do Exercício <sup>1</sup>	32.621.477,25	73.510.196,28
Ajustes de Exercícios Anteriores	(176.270,89)	(91.734.667,58)
<b>Subtotal</b>	<b>32.445.206,36</b>	<b>(18.224.471,30)</b>
Resultado de Exercícios Anteriores	875.214.509,94	893.438.981,24
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>907.659.716,30</b>	<b>875.214.509,94</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.

Descrição	2022	2021
Variação no valor econômico de bens móveis doados	(82.501,69)	(5.509.386,23)
Créditos a receber	(28.895,67)	(29.182,58)
Depreciação de Bens Imóveis	(33.542,42)	2.336,27
Intangível (Software)	(20.997,00)	(176.001,00)

(Continua)



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

(Continuação)

Baixa de suprimentos com prestação de contas no exercício anterior	(12.120,75)	(128.485,66)
Depreciação de Bens Móveis	1.786,64	(85.875.712,77)
Ressarcimento de pessoal cedido	-	(18.235,61)
<b>Total</b>	<b>(176.270,89)</b>	<b>(91.734.667,58)</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964**

**Nota 12** – O ativo e passivo são classificados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária/legislativa.

É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e passivo financeiros. Tal resultado é também evidenciado em quadro próprio, tendo atingido em 2022 o montante de R\$ 183.799.069,10.

**3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964**

**Nota 13** - Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações registradas a esse título, especialmente aquelas relacionadas a garantias e contragarantias recebidas e direitos contratuais.

Em que pese a IPC 04 versar apenas a respeito de atos que possam vir a afetar o patrimônio, informa-se que há registros no sistema e-Fisco a partir de 2012 especificamente em contas de controle, que não afetam o patrimônio do Tribunal, associadas ao controle financeiro das contas bancárias, vinculadas a pagamentos de precatórios, subordinados ao regime comum e especial.

Ente Devedor	Saldo Bancário em 31/12/2022	Saldo Bancário em 31/12/2021
Estado de Pernambuco	85.576.471,54	74.111.913,56
Municípios	51.759.332,75	35.737.186,12
<b>Total</b>	<b>137.335.804,29</b>	<b>109.849.099,68</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

**3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964**

**Nota 14** - O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado por destinação (fontes) de recursos.

**4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)**

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

**Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** – Correspondem apenas a tributos na espécie Taxas, conforme detalhadas a seguir:

Descrição	2022	2021
Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais – TSNR	112.832.382,67	104.774.095,68
(-) Restituição de Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais – TSNR	(264.390,93)	(240.829,34)
Custas Processuais	95.374.676,15	78.023.970,18
(-) Restituição de Custas Processuais	(242.620,55)	(130.280,97)
Taxa Judicial	67.832.175,62	49.618.291,87
(-) Restituição de Taxa Judicial	(106.275,14)	(49.661,03)
<b>TOTAL</b>	<b>275.425.947,82</b>	<b>231.995.586,39</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 2 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** – A variação positiva, em relação ao ano anterior, justifica-se principalmente pelo incremento na receita de inscrição em concursos públicos, conforme detalhado abaixo.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Descrição	2022	2021
Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	6.600.004,70	5.821.163,70
Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	2.497.552,25	2.562.539,50
(-) Restituição da Receita de Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	(675,00)	(375,00)
Receita de Arrendamentos	1.063.346,28	1.039.447,99
Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	2.023.629,02	-
Outras Receitas	203.967,99	235.567,20
<b>TOTAL</b>	<b>12.387.825,24</b>	<b>9.658.343,39</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 3 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** – Compreendem variações monetárias e a remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras, este último representando, em 2022, 98,78% do total.

**Nota 4 – Transferências e Delegações Recebidas** - Correspondem principalmente a transações entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências recebidas de valores e bens.

Descrição	2022	2021
Transferências Intragovernamentais	1.945.807.778,00	1.642.381.580,04
Duodécimos Recebidos <sup>1</sup>	1.945.807.778,00	1.642.381.580,04
Transferências Intergovernamentais	-	373.500,00
Bens imóveis – Doações recebidas de municípios	-	373.500,00
Transferências de Pessoas Físicas	30,00	-
<b>Total</b>	<b>1.945.807.808,00</b>	<b>1.642.755.080,04</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Em 2022, contempla o recebimento de R\$ 1.706.852.900,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA (Fonte 0101 – Recursos do Tesouro), acrescido de R\$ 238.954.878,00, referente a crédito suplementar, conforme Decretos nº 52.372, 52.491 e 52.925/2022.

**Nota 5 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos** – Em 2022, o valor total compreende principalmente a desincorporação de passivos,



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

decorrente de ajustes no passivo de férias por competência (R\$ 1.485.355,88) e ajustes no passivo de licença prêmio (R\$ 37.758.873,94), cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar, com base nas informações recebidas da Secretaria de Gestão de Pessoas, implicando em registros de VPA e VPD, a depender da variação do saldo do passivo.

**Nota 6 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** – Compreendem as reversões de provisões e ajustes de perdas, bem como diversas variações patrimoniais aumentativas, as quais abrangem principalmente a receita pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, conforme detalhado no quadro abaixo.

Descrição	2022	2021
Receita pela Administração dos Depósitos Judiciais em Bancos Oficiais	35.156.364,09	54.882.961,00
Receitas Incidentes sobre os Emolumentos <sup>1</sup>	14.964.056,63	13.410.639,90
(-) Restituição de Receitas Incidentes Sobre os Emolumentos	(15.014,44)	(13.476,38)
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	2.709.533,59	2.922.699,47
Indenizações e Restituições	1.415.207,21	1.481.070,43
Multas Administrativas <sup>2</sup>	460.581,31	94.119,84
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	25.264,43	10.909,72
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas	271.636,91	27.090,50
<b>Total</b>	<b>54.987.629,73</b>	<b>72.816.014,48</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup>Compreende as Receitas Incidentes sobre os Emolumentos, com os valores percentuais de 1% para o FERM e 2% para o FUNSEG, este último executado pela UGE 070001-TJ. Lei nº 16.522 de 27 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup>Contempla as multas cominadas em processo adm. disciplinar - TJPE

**Nota 7 – Pessoal e Encargos** – Compreendem as VPD's relacionadas aos dispêndios com remuneração de servidores e magistrados, incluindo encargos patronais e benefícios, conforme descrito no quadro abaixo.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Descrição	2022	2021	2022/2021
Remuneração a Pessoal <sup>1</sup>	1.463.070.034,79	1.250.143.129,46	17,03%
Encargos Patronais	310.500.662,38	288.422.018,55	7,65%
Benefícios a Pessoal	141.581.213,01	140.362.286,03	0,87%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	22.122.369,12	15.627.324,56	41,56%
<b>Total</b>	<b>1.937.274.279,30</b>	<b>1.694.554.758,60</b>	<b>14,32%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup>Inclui principalmente salário e vencimentos dos servidores e magistrados, 13º Salário, gratificações, férias e abono de permanência.

**Nota 8 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais** - Evidenciam os valores pagos a título de auxílio saúde e auxílio funeral.

**Nota 9 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** – Evidencia o uso de material de consumo, serviços, depreciação e amortização, sendo as duas últimas calculadas conforme detalhado no item 2.1.7.

Descrição	2022	2021
Serviços	160.240.516,73	129.671.562,54
Locação de mão de obra	73.678.274,83	63.875.054,69
Demais Serviços	58.455.332,85	50.444.837,23
Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	25.554.055,80	14.228.121,03
Diárias, passagens e despesa com deslocamento	2.552.853,25	1.123.549,59
Uso de Material de Consumo	14.500.755,91	10.073.993,16
Depreciação de Bens Móveis	13.374.883,34	15.701.075,49
Depreciação de Bens Imóveis	9.442.101,12	9.349.299,24
Amortização de Intangível	3.869.596,41	3.038.136,74
<b>Total</b>	<b>201.427.853,51</b>	<b>167.834.067,17</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 10 – Transferências e Delegações Concedidas** – Compreendem as transferências intragovernamentais, intergovernamentais e aquelas destinadas a instituições privadas.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Descrição	2022	2021
Transferências Intragovernamentais	107.964.983,16	46.234.786,56
Transferências Intergovernamentais	1.495.814,24	-
Transferências a Instituições Privadas	232.116,00	1.622.923,44
<b>Total</b>	<b>109.692.913,40</b>	<b>47.857.710,00</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

As transferências intragovernamentais correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE e do próprio Poder, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis e imóveis, conforme detalhamento a seguir.

Descrição	2022	2021
Repasses financeiros concedidos <sup>1</sup>	107.128.938,07	46.033.888,41
Bens Imóveis - Cessões devolvidas	826.165,06	-
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	9.880,03	200.898,15
<b>Total</b>	<b>107.964.983,16</b>	<b>46.234.786,56</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Do montante de 2022, R\$ 40.000.000,00 e R\$ 66.000.000,00 refere-se a repasses efetuados ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pelas Leis nº 17.701/22 e nº 17.801/22 e R\$ 1.128.938,07 foi transferido à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.

Já as transferências intergovernamentais compreendem a devolução de imóveis cedidos por municípios (R\$ 1.103.948,45), cessões de imóveis concedidas a municípios (R\$ 378.423,08) e doação de bens móveis a municípios (R\$ 13.442,71).

As transferências a instituições privadas, no valor de R\$ 232.116,00, compreendem a transferência a instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

**Nota 11 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos –** Refere-se à desincorporação de ativos e ajuste para perdas em créditos e dívida ativa não tributária, conforme tabela a seguir:



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Descrição	2022	2021
Outras Desincorporações de Estoques	1.046.854,31	-
Ajuste para Perdas em Créditos e Dívida Ativa Não Tributária	590.114,44	427.326,77
Outras Desincorporações de Imobilizado	444.553,35	111.693,09
Perdas Involuntárias	127.014,83	-
Perdas com Alienação	133.137,50	-
Desincorporação de Ativos Intangíveis	47.069,00	1.787.734,17
Desincorporação de Créditos a Receber não Tributários	11.393,40	200,00
Desincorporação da Dívida Ativa não Tributária	-	318.779,61
Outras Baixas de Bens Móveis	-	51.600,00
<b>Total</b>	<b>2.400.136,83</b>	<b>2.697.333,64</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 12 – Tributárias** – Correspondem especificamente às variações patrimoniais diminutivas decorrentes de taxas e contribuições.

**Nota 13 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** – Compreendem as diversas variações patrimoniais diminutivas, destacando-se as despesas com militares inativos da guarda patrimonial, no valor de R\$ 3.668.560,15.

## 5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- Balanço Orçamentário – MCASP
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

**5.1. Balanço Orçamentário - MCASP**

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício".

Além disso, as colunas "Saldo" e "Saldo da Dotação", que historicamente foram apresentadas por valores iguais, no novo modelo não coincidem, em virtude das orientações contidas no MCASP que não considera a diferença entre a receita prevista e a despesa fixada. O déficit ou superávit deve ser informado apenas para a execução.

**Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** – Compreendem as receitas diretamente arrecadadas, relativas a custas e taxa judicial, bem como taxa sobre serviços notariais ou registrais (TSNR), sendo apresentada pelo seu valor líquido, conforme orientação da IPC 07. O total dessa receita bruta arrecadada foi de R\$ 275.908.322,93, sendo deduzido o montante de R\$ 613.286,62, resultando numa receita líquida de R\$ 275.295.036,31, correspondente ao aumento de 18,70% em relação ao exercício de 2021. As deduções da receita correspondem a restituições de recursos recebidos a maior ou indevidamente.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Descrição da Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Arrecadação por Exercício		
	2022	2021	% (2022/2021)
Custas Processuais	95.068.445,12	77.854.626,20	22,11%
Taxa Judicial	67.658.599,45	49.539.668,14	36,57%
Taxa de Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	112.567.991,74	104.533.266,34	7,69%
<b>TOTAL</b>	<b>275.295.036,31</b>	<b>231.927.560,68</b>	<b>18,70%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 2 – Outras Receitas Correntes** – Do montante, R\$ 27.085.805,36, equivalente a 58,83%, compreende a arrecadação da receita advinda da remuneração pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, e R\$ 14.963.955,41, 32,50% do total, corresponde à receita sobre emolumentos.

**Nota 3 – Subtotal das Receitas** – As receitas arrecadadas (realizadas) corresponderam a 121,75% das receitas previstas, evidenciado no quadro abaixo.

Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	Saldo (Superávit de Arrecadação)
(a)	(b)	(c) = (b - a)
303.000.600,00	368.914.039,58	65.913.439,58

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 4 – Déficit Orçamentário** – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a - b)
368.914.039,58	2.186.944.005,39	(1.818.029.965,81)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas e concedidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 20.648.874,12.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Transferências Concedidas à Defensoria Pública e ao Poder Executivo	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
368.914.039,58	1.945.807.778,00	2.186.944.005,39	107.128.938,07	20.648.874,12

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 5 – Saldos de Exercícios Anteriores** – O montante de R\$ 58.378.338,65 foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2022. Desse montante, R\$ 18.378.338,65 representa 100% do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial deste Poder do exercício de 2021 da fonte 101 (Decreto nº 52.467/22). Já o valor restante de R\$ 40.000.000,00 foi proveniente de recursos do Estado, conforme Decreto nº 52.491 de 24 de março de 2022.

**Nota 6 – Dotação inicial** - Em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA), a composição do orçamento deste Poder consta demonstrada no quadro abaixo:

Previsão Inicial da Receita	Transferências a Receber conforme LOA (Duodécimo)	Orçamento Concedido à Defensoria Pública <sup>1</sup>	Dotação Inicial da Despesa
(a)	(b)	(c)	(e) = (a + b - c)
303.000.600,00	1.706.852.900,00	957.400,00	2.008.896.100,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Orçamento concedido à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que poderá executar esse valor à medida em que este Poder repasse 1% da arrecadação mensal com Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR). Esta transferência ocorre em cumprimento ao § 3º, art. 27, da Lei nº 11.404/1994, que prevê a aplicação na Assistência Judiciária do Estado.

**Nota 7 – Dotação Atualizada** – Comparada à dotação inicial da despesa, houve um acréscimo de R\$ 257.333.216,65, resultante da equação abaixo demonstrada:

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Superávit Financeiro - TJ)	Suplementação (Superávit Financeiro - Recursos do Estado)	Suplementação (Anulação de Recursos do Estado)	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(d) = (a + b + c + d)
2.008.896.100,00	18.378.338,65	40.000.000,00	198.954.878,00	2.266.229.316,65

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

**Nota 8 – Despesas Empenhadas** – Atingiram o montante de R\$ 2.186.944.005,39, correspondendo a 96,50% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 79.285.311,26. Por não ter ocorrido inscrição de restos a pagar não processados, não há diferença entre os valores das despesas empenhadas para as liquidadas.

**5.2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados**

Por não ter ocorrido inscrição de restos a pagar não processados, tanto no exercício de 2022, como no de 2021, não há valores a serem apresentados a esse título.

**5.3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados**

Todo o valor inscrito em Restos a Pagar Processado em 2021 foi pago no decorrer do exercício de 2022.

**5.4. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa**

Em observância ao Item 2.3, subitem J, Parte V do MCASP 9ª edição, segue abaixo a conciliação de dados do Balanço Orçamentário com informações extraídas da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração de Fluxos de Caixa.

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração dos Fluxos de Caixa	
(+) Receitas Correntes (Arrecadadas)	368.913.077,58
(+) Transferências Recebidas (Duodécimos)	1.945.807.778,00
(-) Despesas Correntes Pagas (Desembolsos)	(2.129.316.894,09)
(-) Pessoal e demais despesas Pagas	(2.123.602.316,54)
(-) Restos a pagar de 2021 pagos em 2022 ref. Atividades Operacionais	(5.714.577,55)
(-) Transferências Concedidas <sup>1</sup>	(107.128.938,07)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>	78.275.023,42

(Continua)



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

	(Continuação)
(+) Receitas de Capital (Arrecadadas)	962,00
(-) Despesas de Capital Pagas	(53.974.357,83)
(-) Despesa de Capital	(51.107.128,73)
(-) Restos a pagar de 2021 pagos em 2022 ref. Investimentos	(2.867.229,10)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</i>	(53.973.395,83)
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (III) = (I) + (II)	24.301.627,59

<sup>1</sup> O total de transferências concedidas neste demonstrativo difere do apresentado na DFC, uma vez que o valor acima representa os valores repassados sem correspondente execução orçamentária. Dessa forma, na DFC, consta como transferência concedida o valor de R\$ 107.728.714,71, que contempla R\$ 599.776,64 referente a despesas correntes pagas a instituição de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (modalidade de aplicação 50).

## 6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

**Nota 1 – Receita Orçamentária** – Em conformidade com a orientação do MCASP e da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida de deduções. São tratadas como deduções da receita as restituições de custas e taxa judiciais, taxa sobre serviços notariais ou registrares (TSNR) e das receitas sobre emolumentos, e outras receitas recebidas a maior ou indevidamente evidenciadas abaixo.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Descrição	2022	2021
Receita Orçamentária Bruta (I)	369.543.015,64	333.366.687,80
Total Restituições (II)	(628.976,06)	(434.622,72)
(-) Restituição de Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais – TSNR	(264.390,93)	(240.829,34)
(-) Restituição de Custas Processuais	(242.620,55)	(130.280,97)
(-) Restituição de Taxa Judicial	(106.275,14)	(49.661,03)
(-) Restituição de receitas incidentes sobre os emolumentos	(15.014,44)	(13.476,38)
(-) Restituição da receita de serviços de fornecimento de selo digital de autenticidade dos atos extrajudiciais	(675,00)	(375,00)
Receita Orçamentária Líquida (III) = (I) + (II)	368.914.039,58	332.932.065,08

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Parte da receita da fonte de recursos provenientes da alienação de outros ativos é arrecadada pela UGE 070002 - FERM, entretanto, em razão do padrão definido pelo Poder Executivo, é contabilizada em fonte específica pela vinculação legal exigida na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas** – Referem-se ao valor recebido do Poder Executivo, a título de duodécimo, no valor total de R\$ 1.945.807.778,00.

**Nota 3 – Transferências Financeiras Concedidas** – Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/1996, no valor de R\$ 1.128.938,07, bem como o repasse efetuado ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pelas Leis nº 17.701/2022 e 17.801/2022, no valor total de R\$ 106.000.000,00.

**Nota 4 – Saldo para o Exercício Seguinte** – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 47.618.466,31, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2021, reflexo do fluxo da movimentação financeira dos ingressos e dispêndios.



Dados Consolidados

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

Saldo Final 31/12/2022	Saldo Final 31/12/2021	Resultado Financeiro 2022
(a)	(b)	(c) = (a - b)
278.160.897,96	230.542.431,65	47.618.466,31

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**

Elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, inerentes à execução orçamentária, provenientes do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; c) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; d) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Destaca-se que os fluxos de caixa negativo dos investimentos, numa análise consolidada, foram custeados pelo fluxo de caixa positivo das operações.

A movimentação apresentada na DFC considera as receitas arrecadadas, bem como as despesas empenhadas e pagas no exercício, além daquelas pagas a título de restos a pagar.

**Nota 1 – Transferências Recebidas** – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 1.945.807.778,00, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro), advindo do Poder Executivo a título de duodécimos,



Dados Consolidados

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022**

previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA e respectivas suplementações, conforme Decretos nº 52.372, 52.491 e 52.925/2022.

**Nota 2 – Transferências Concedidas** – Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/1996, no valor de R\$ 1.128.938,07, bem como o repasse efetuado ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pelas Leis nº 17.701/2022 e 17.801/2022, no valor total de R\$ 106.000.000,00 Além disso, compreende também transferências realizadas para instituição de pesquisa e desenvolvimento, que totalizaram o valor de R\$ 599.776,64.

**Nota 3 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa** – Corresponde a soma do Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os valores apresentados na DFC a título de Caixa e Equivalente de Caixa inicial e final foram confrontados com aqueles da conta de mesmo nome do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, não havendo diferença a ser justificada.

**Nota 4 – Geração Líquida Extraorçamentária** – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2022, em um aumento no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 23.316.838,72.

Recife, 03/04/2023.

Carleide Maria Bezerra  
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo  
Presidente

Nota 1: A publicação das demonstrações contábeis no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), ocorreu em 27/04/2023, edição nº 76/2023, disponível no endereço <https://www.tjpe.jus.br/dje>. Acrescentamos que alguns formatos perderam a configuração, por exemplo, tamanho da fonte de citação, deslocamento, texto centralizado e tabelas, em razão da adequação automática da própria ferramenta do Dje.